

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Curso de Administração – CADM

**Análise do planejamento financeiro para aposentadoria dos funcionários
dos Correios em João Pessoa**

FERNANDO GOMES OLIVEIRA

João Pessoa
Maio 2019

FERNANDO GOMES OLIVEIRA

**Análise do planejamento financeiro para aposentadoria dos funcionários
dos Correios em João Pessoa**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Bacharel em Administração, pelo Centro
de Ciências Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal da Paraíba / UFPB.

Professora Orientadora: Suelle Cariele
Souza e Silva

João Pessoa
Maio 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

O48a Oliveira, Fernando Gomes.

Análise do planejamento financeiro para aposentadoria dos funcionários dos Correios em João Pessoa / Fernando Gomes Oliveira. - João Pessoa, 2019.
28f.

Orientação: Suelle Cariele Souza e Silva.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Planejamento Financeiro; Aposentadoria; Fundo Pens.
I. Cariele Souza e Silva, Suelle. II. Título.

UFPB/CCSA

Folha de aprovação

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a conclusão de Curso do Bacharelado em Administração

Aluno: Fernando Gomes Oliveira

Trabalho: Análise do planejamento financeiro para aposentadoria dos funcionários dos Correios em João Pessoa

Área da pesquisa: Finanças pessoais

Data de aprovação: ____/____/2019.

Banca examinadora

Prof^a. Me. Suelle Cariele Souza e Silva

Prof. Dr. Claudio Pilar Júnior

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar como os funcionários dos Correios de João Pessoa têm se planejado financeiramente para a aposentadoria. Neste contexto analisou-se o cenário econômico brasileiro relacionado à previdência social tendo por base o projeto de Lei N° 2/2018 de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2019. A LDO deixa em evidência a necessidade de reforma previdenciária. Assim, procurou-se identificar quais são as decisões de investimentos dos empregados dos Correios. Foi verificado, também, o grau de segurança dos participantes da pesquisa a respeito da gestão financeira do seu próprio dinheiro, bem como procurou-se identificar os tipos de investimentos feitos pelos participantes, além de identificar suas percepções de risco dessas decisões financeiras. A coleta de dados foi feita presencialmente com 50 empregados, realizada em fevereiro de 2019, por meio de um questionário estruturado com 14 questões. O questionário envolveu questões sobre o perfil dos respondentes (sexo, idade, tempo de empresa, renda bruta recebida e participação no fundo de pensão), como também seus investimentos realizados com o propósito de complementar a aposentadoria e sua percepção sobre risco desses investimentos. Foi verificado que todos participantes da pesquisa possuem algum tipo de investimento objetivando a aposentadoria. Observou-se, também, que as notícias sobre os prejuízos no fundo de pensão do Postalís influenciaram a saída de 20% dos participantes do Plano de Benefício Definido – BD, assim como 27% dos respondentes resolveram reduzir o percentual de investimento no PostalPrev. Destaca-se que no caso de imposição de nova taxa de contribuição extraordinária, foi identificado que 45% dos participantes pretendem sair do BD. Também foi percebido que 57% dos pesquisado apresentam certa insegurança para gerenciar seu próprio dinheiro e por fim, foi identificado que os participantes apresentam dificuldade na classificação dos riscos de investimento.

Palavras chave: Planejamento Financeiro; Aposentadoria; Finanças Pessoais; Fundo de pensão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	8
2.1 Finanças Pessoais.....	8
2.1.1 Educação Financeira, Alfabetização Financeira e Planejamento Financeiro	8
2.2 Aposentadoria.....	9
2.2.1 Previdência Pública e Previdência Privada.....	10
2.2.2 Fundo de Pensão Postalís	10
2.3 Fontes para Investimentos.....	11
2.3.1 Caderneta de Poupança	11
2.3.2 Fundos de Investimentos.....	12
2.3.3 Títulos Públicos.....	12
2.3.4 Ações.....	13
2.3.5 CDB, RDB, LCA e LCI, Títulos Privados.....	13
3.METODOLOGIA.....	14
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERENCIAS.....	22
Anexo I – Composição da carteira de investimentos do Postalís.....	26
Apêndice I – Questionário aplicado.....	27

ANÁLISE DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DOS CORREIOS EM JOÃO PESSOA

Fernando Gomes Oliveira

1 Introdução

O projeto de Lei nº 2/2018 de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2019 em sua estratégia da política fiscal destaca que dentre as reformas estruturais para controle das despesas obrigatórias, a mais urgente e essencial é a reforma da previdência, devido à dinâmica ocorrida na demografia brasileira. A reforma é necessária para garantir a sustentabilidade da Previdência Social e buscar equidade dos direitos previdenciários dos brasileiros.

Segundo a LDO nº 2/2018, no ambiente atual o déficit da previdência passará de 2,8% do Produto Interno Bruto – PIB em 2018 para 3,1% do PIB em 2021 (em valores absolutos representa um aumento de R\$ 60 bilhões). De acordo com a Previdência Oficial na Cartilha de Reforma da Previdência (2017, p. 2), as despesas do INSS estão próximo de 8% do PIB, e se não for feita nenhuma reforma, as projeções apontam para um percentual de 18% do PIB em 2060 inviabilizando a previdência.

O contexto deixa evidente que existe uma necessidade de reforma para reduzir as despesas do governo com a Previdência Social. Desse modo, para manter o padrão de consumo na aposentadoria é fundamental a formação de poupança com esse fim. Uma alternativa que muitos brasileiros buscam é investir em previdência privada, seja em entidades abertas, administradas em geral por bancos com fins lucrativos, ou entidade fechada como os fundos de pensão, geralmente administradas por órgão sem fins lucrativos como é o caso do Postalís nos Correios. O montante acumulado para aposentadoria em cada uma das modalidades dependerá do esforço em poupar realizado pelo indivíduo. Oliveira (2017, p. 138) afirma que “a preocupação com a formação de poupança para aposentadoria é relevante”, pois mostra quanto esforço as famílias estão dispostas a fazer para manter o padrão de consumo após a fase produtiva, ou seja, na fase de aposentadoria.

Não bastasse a intenção do governo em reduzir despesa com a previdência, nos últimos anos ouviu-se, com certa frequência, notícias sobre “rombos” nos fundos de pensão. ALVES (2017) informa, no site do Estadão Economia e Negócio, que os “Fundos de pensão têm rombo de R\$ 70,6 bilhões”. O déficit é preocupante porque o crescimento está acelerado, subiu de R\$ 21 bilhões em 2013 para 70,6 bilhões em 2016. Já o relatório da CPI dos Fundos de Pensão (2016) apontou uma diferença de R\$ 113,5 bilhões nos ativos dos quatro maiores fundos de pensão do país: PETROS/Petrobras, PREVI/BB, FUNCEF/Caixa e POSTALIS/Correios. Esses são fatos que exigem ainda mais atenção dos participantes quanto ao planejamento financeiro objetivando a aposentadoria.

Notícias desse tipo preocupam os participantes dos fundos de pensão, pois a imposição de taxas extraordinária para equilibrar os planos reduz o valor do complemento da aposentadoria, uma vez que os prejuízos são rateados entre o participante e a patrocinadora. No caso do Postalís, para equilibrar o plano de Benefício Definido - BD (saldado em 2008), a contribuição extraordinária atualmente está em 17,92% do valor do Benefício Proporcional Saldado - BPS e com tendência a aumentar. Isso afeta diretamente o planejamento previdenciário de todos os participantes e assistidos.

Com as evidências dos prejuízos no Postalís/Correios é possível que muitos participantes tenham saído do plano de aposentadoria e com tendência de redução na previdência pública a situação desses participantes se agrava. Considerando que esses funcionários não estejam realizando poupança para a aposentadoria, no caso específico dos Correios, não vão poder manter o mesmo padrão de vida da ativa no momento da aposentadoria. Forçando, assim, o trabalhador a ter que trabalhar por mais tempo, não sendo conveniente para o trabalhador nem para empresa, pois pode gerar problemas para o empregado, para empresa e para sociedade. Para o empregado, porque ele vai ter que trabalhar por muito mais tempo até se aposentar e deixar de trabalhar. Para empresa, porque terá funcionários com baixa produtividade, uma vez que boa parte da atividade fim dos Correios depende de esforço físico. Para a sociedade, porque não terá um serviço público eficiente e de qualidade.

Desse modo, o estudo do perfil dos funcionários dos Correios com referência ao planejamento financeiro para aposentadoria após o anúncio dos prejuízos no fundo de pensão do Postalís é fundamental para o desenvolvimento de políticas de Recursos Humanos referente à educação financeira de seus empregados, o que justifica a realização da pesquisa.

Diante desse cenário, é fundamental saber como os funcionários dos Correios de João Pessoa têm se planejado financeiramente para a aposentadoria? Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar como os funcionários dos Correios de João Pessoa têm se planejado financeiramente para a aposentadoria. Para tanto, é importante verificar o grau de segurança dos participantes a respeito da gestão financeira do seu próprio dinheiro, identificar os tipos de investimentos feitos pelos participantes, além de avaliar a percepção de risco dessas decisões financeiras.

2 Referencial Teórico

2.1 Finanças Pessoais

Devido às constantes mudanças no cenário econômico e por consequência no mercado financeiro que está sempre em atualização e com rapidez cada vez maior, fica muito difícil as pessoas acompanharem as variações, sobretudo, em como administrar de maneira eficiente o orçamento financeiro pessoal. Os fatores imprevistos no planejamento financeiro ocasionados pelas variações do cenário econômico influenciam na tomada de decisão trazendo consequências positivas ou não para o alcance dos objetivos financeiros estabelecidos para o futuro.

Com a crise econômica pela qual o mundo, e por consequência o Brasil também vem passando, o tema finanças pessoais está cada vez mais em evidência. Segundo Cherobin e Espejo (2010, p. 1), entende-se que “Finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família”. Já para Schuchardt *et. al* (2007), o conceito de finanças pessoais é um trabalho interdisciplinar, onde são aplicados os conceitos: financeiro, gestão de recursos, educação do consumidor, sociologia e psicologia de tomada de decisão para entender as maneiras pelas quais os indivíduos adquirem, desenvolvem e atribuem recursos monetários para suas necessidades financeiras atuais e futuras que podem ser ordenadas por meio de um planejamento financeiro.

2.1.1 Educação Financeira, Alfabetização Financeira e Planejamento Financeiro

Segundo *The Organisation for Economic Cooperation and Development – OECD* (2013), educação financeira é o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos e, com informação e recomendações

claras, possam desenvolver as habilidades para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro.

Já Alfabetização Financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual (OECD, 2013). Esses dois construtos são conceitualmente diferentes, observamos que a alfabetização financeira vai além da educação financeira (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015).

Segundo Criddle (2006), a definição de alfabetização financeira contempla o aprendizado em relação à escolha de uma multiplicidade de alternativas para estabelecer os objetivos financeiros e reflexão sobre os próprios valores sobre dinheiro. De um modo geral, a alfabetização financeira contempla duas dimensões: o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal que também pode ser chamado educação financeira, e sua utilização, ou seja, a aplicação dos conhecimentos na gestão das finanças pessoais. Já Huston (2009) define a alfabetização financeira como a união do conhecimento e aplicação de capital humano especialmente às finanças pessoais, obtendo como resultado um comportamento capaz de elevar o bem-estar financeiro do indivíduo.

Percebe-se que mesmo com conceitos ligeiramente diferentes, educação e alfabetização financeira apresentam alguns elementos importantes em comum como a importância de habilidades e conhecimentos sobre finanças para tomada de decisão com o objetivo de alcançar a estabilidade financeira. Entre as habilidades e os conhecimentos destacam-se com grande importância o planejamento financeiro.

Planejamento financeiro pode ser definido como o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal (MACEDO, 2007). Permite a organização e controle das finanças para atender necessidades e alcançar objetivos em curto, médio e longo prazo. Inclui programação de orçamento, racionalização de gastos e otimização de investimentos.

Neste sentido, planejamento financeiro pessoal é um conjunto de atividades requeridas para definir objetivos, estabelecer planos de ação que possibilita satisfazer necessidades financeiras de indivíduos (LOPEZ; FERNANDEZ; VALENCIA, 2017). Já finanças pessoais se refere à estrutura necessária no planejamento financeiro pessoal como um processo dinâmico.

Um bom planejamento financeiro fornece elementos que possibilitam certa previsibilidade de situações indesejadas e contribui para tomar decisões mais acertadas. Tais decisões podem contribuir para melhoria na qualidade de vida do indivíduo (CERBASI, 2009). O planejamento organizado também deixa evidente onde o indivíduo está gastando seu dinheiro, quanto é possível poupar e deste modo ajudá-lo a controlar seu orçamento. Todavia, não basta apenas organizar e controlar as despesas, é preciso ter disciplina e conscientização para alcançar os objetivos desejados com o planejamento, pois a influência para o consumo pode acabar desviando o foco.

2.1 Aposentadoria

Aposentadoria é a contraprestação pecuniária que o segurado/beneficiário tem direito a receber mensalmente quando elegível, ou seja, quando cumpre os requisitos que a lei determina (FARGETTI; GOUVEIA, 2016). No Brasil quem administra o Regime Geral de Previdência Social - RGPS é o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

RGPS (2018) define a Previdência Social como uma espécie de seguro que garante a renda do contribuinte e de sua família, em casos de doença, acidente, gravidez, prisão, morte e velhice. Oferece alguns benefícios que juntos geram segurança financeira quanto ao presente e em relação ao futuro assegurando um rendimento, dentre estes benefícios está a aposentadoria.

2.2.1 Previdência Pública e Previdência Privada

Previdência Pública é o regime geral de aposentadoria administrada pelo INSS de caráter contributivo e de filiação obrigatória que atende, nos termos da lei, a cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada com a aposentadoria. Assim, percebe-se que de modo geral a previdência pública prevê os benefícios de aposentadoria para acobertar casos de incapacidade laboral e idade avançada.

Segundo Macedo Junior (2013), Previdência Privada é uma forma facultada de efetuar investimentos para serem resgatados somente na aposentadoria, trata-se de um investimento de longo prazo para complementar a aposentadoria pública e tem a finalidade de manter o mesmo padrão de vida que o segurado possuía quando estava trabalhando.

Já para Póvoas (2007, p. 103), Previdência Privada é uma expressão puramente brasileira que “objetivou identificar facilmente a instituição que, em relação ao domínio previdenciário geral, ocupa ou pode ocupar os espaços vazios deixados pela previdência social, em termos de satisfação das necessidades previdenciárias”.

De acordo com Alves (2018), o regime privado tem caráter facultativo e divide-se em dois modelos: Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC). As entidades fechadas são denominadas como os fundos de pensão e são geralmente sem fins lucrativos e acessíveis a trabalhadores, como: POSTALIS, PETROS, PREVI e FUNCEF. Já as entidades abertas de previdência complementar é um sistema aberto a população em geral, em que são sociedades anônimas geralmente com fins lucrativos que oferecem planos para aposentadorias coletivos e individuais. Esses planos para aposentadoria oferecidos por entidades fechadas geralmente se dividem em dois tipos: Plano Gerador de Benefícios Livres – PGDL e Vida Gerador de Benefícios Livres - VGDL.

Além dos regimes citados, existem várias alternativas de investimento disponíveis no mercado, onde o indivíduo pode optar por efetuar aplicações com o objetivo de realizar poupança para aposentadoria. A seguir é apresentada algumas alternativas com suas respectivas características em que a decisão de onde investir dependerá em parte do perfil sobre a percepção do risco de cada um.

2.2.2 Fundo de Pensão Postalís

Postalís é o instituto de previdência complementar dos Correios. É uma entidade fechada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial. Atualmente o Postalís administra dois planos de previdência complementar o Plano de Benefício Definido - BD e o PostalPrev.

O BD foi instituído junto com o Postalís em 1981. Era um plano em que os participantes e patrocinadora contribuía solidariamente para os benefícios programáveis e de risco. Nessa modalidade de plano, o participante tem conhecimento prévio do valor aproximado do benefício futuro, independentemente do montante acumulado, ou seja, quando ele adere ao plano, já sabe o valor do benefício que receberá no futuro.

De modo geral, é um plano que proporciona um benefício de complementação de aposentadoria, na forma de renda vitalícia, cujo valor depende da média salarial e do valor do benefício pago pelo INSS. Com o passar dos anos esse plano apresentou problemas estruturais devido às reformas na previdência e ao aumento da expectativa de vida dos participantes tendo, assim, que ser fechado em 2005, não sendo mais permitida a entrada de novos participantes. Portanto, considerando o ano corrente (2019), quem tem até 15 anos de empresa, não teve a

oportunidade de aderir ao Plano de Benefício Definido - BD e como alternativa foi proposto o PostalPrev.

Em 2008, o plano BD foi saldado e os participantes tiveram seus benefícios calculados de forma proporcional – BPS (Benefício Proporcional Saldado), a partir de então foi permitida a adesão dos participantes do BD ao PostalPrev. É importante ressaltar que em caso de saída do plano BD, o valor investido fica bloqueado só podendo ser resgatado quando o participante cortar o vínculo empregatício com os Correios. Destaca-se, ainda, que o participante só resgata os valores investido por ele que é um valor muito inferior a sua reserva de poupança, ou seja, não tem direito a resgatar nada do que foi investido pela empresa.

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, onde cada participante escolhe um percentual da remuneração para contribuição, sendo uma parcela “P” que varia de 1% (um) a 4% (quatro) do valor total da remuneração e uma parcela “K” que varia de 0% (zero) a 8% (oito) do valor da remuneração que excede R\$ 2.750,00. A patrocinadora também contribui de forma paritária para compor a reserva de poupança de cada participante. O PostalPrev reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

Caso o participante resolva sair do plano PostalPrev é possível optar pelos institutos do Resgate ou Portabilidade. Quanto ao resgate, é possível sacar 100% do valor investido pelo participante e até 70% do valor investido pelos Correios, dependendo do tempo de permanência no plano. Já em relação à Portabilidade, é possível resgatar 100% dos investimentos do participante e 100% do valor investido pelos Correios.

Segundo Rieche (2005), economista do BNDES, os fundos de pensão estão sujeitos a quatro tipos de riscos: de mercado, de crédito, operacional e liquidez. “O risco de Mercado é o risco de perdas no valor do portfólio decorrentes de flutuações nos preços e taxas de mercado” (RIECHE, 2005, p. 222). Já o risco de Crédito pode ser definido como “o risco de que uma mudança na qualidade do crédito (por piora ou por *default*, no caso extremo em que as obrigações contratuais não são honradas) de uma contraparte reduza o valor do portfólio” (RIECHE, 2005, p. 223).

Ainda de acordo com o referido autor, não há um conceito único para o Risco Operacional e cita o conceito adotado pelo Comitê de Basileia como sendo: “o risco de perdas resultantes de processos internos, indivíduos e sistemas inadequados ou falhos ou de eventos externos. A definição inclui o risco legal, mas exclui o risco de reputação e o risco estratégico” (2005, p. 224). O risco de liquidez é um tipo de risco financeiro de uma possível perda de liquidez (RIECHE, 2005).

De acordo com o autor, os riscos em fundo de pensão dependem de onde os recursos estão investidos, se os ativos estão concentrados em renda fixa o risco é baixo, entretanto, se os investimentos do fundo estão concentrados em renda variável o risco é alto. A carteira de composição dos investimentos do PostalPrev encontra-se no Anexo 1 – PostalPrev.

2.3 Fontes para investimentos

De acordo com Cerbasi (2008, p. 17), investir é “separar parte dos recursos de que você dispõe e colocá-los para multiplicar de alguma maneira inteligente”. A seguir será apresentado algumas alternativas de investimento disponíveis no mercado como poupança, CDB/RDB, PGBL/VGBL, Títulos Públicos, Ações e outros.

2.3.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança é a forma de investimento mais conhecida no Brasil, trata-se de um investimento conservador, de baixo risco, seguro e com alta liquidez. Carrete e Tavares (2015) consideram que a poupança é o investimento mais tradicional, conservador e popular entre os brasileiros de menor renda. Embora tenha sido em 2017 a forma de investimento mais buscada pelas famílias brasileiras (BACEN, 2017), a poupança apresenta um retorno considerado baixo, entretanto os rendimentos são isentos de Imposto de Renda. Atualmente o rendimento é de acordo com a taxa Selic, obedecendo a seguinte regra: quando a Selic for menor ou igual 8,5% aa, o rendimento da poupança será 70% da Selic ao mês, mais a Taxa Referencial (TR); quando a Selic for maior que 8,5% aa, o rendimento da poupança será 0,5% ao mês mais a TR. Nessa modalidade os valores depositados e mantidos em depósito por prazo inferior a um mês não recebem nenhuma remuneração (BACEN, 2018).

2.3.2 Fundos de Investimentos

Segundo o BACEN (2018) “fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituída sob forma de condomínio, destinado à aplicação em ativos no mercado financeiro e de capitais”. Ou seja, é um tipo de aplicação financeira que reúne recursos de um conjunto de investidores (cotistas), possibilitando, assim, investir em uma variada cesta de ativos, em diferentes mercados. Esse tipo de fundo pode ser composto de Títulos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Títulos Cambiais, Derivativos, *Commodities*, Ações, entre outros. Sendo assim, os fundos de investimento pode ser uma boa opção para aquele investidor conservador, pois é consenso entre os analistas de investimento que diversificar as aplicações diminui o risco de perdas.

De acordo com o BACEN (2018), a remuneração do investimento varia conforme os rendimentos dos ativos financeiros que compõem a carteira. Não há, geralmente, garantia de que o valor resgatado será superior ao valor aplicado. Os fundos podem ser classificados sob vários aspectos: em função do prazo de carência para resgate ou de remuneração de suas cotas, do nível de risco, do segmento em que atua, ou dos ativos que compõem o seu patrimônio. Todo tipo de fundo de investimento é acompanhado e fiscalizado pela Comissão de Valores Mobiliário – CVM. Segundo o BACEN (2018), os investimentos feitos em Fundos de Investimento Financeiro não têm a proteção do Fundo Garantidor de Crédito.

Geralmente os riscos de investimentos costumam ser avaliados por meios de cinco perspectivas distintas como Risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e legal e dependendo da estratégia de compras dos ativos o fundo está mais exposto a algum desses risco do que outros, sendo assim recomendado ao investidor analisar cada um deles. Santos (2014) enfatiza que os fundos de investimento apresentam ótima liquidez, e que podem ser de baixo, médio ou alto risco, dependendo da composição da carteira.

2.3.3 Títulos Públicos

São títulos federais emitidos pelo Tesouro Nacional com característica de investimento de renda fixa. São opções de investimentos no Tesouro Direto destinados à pessoa física. Títulos públicos são ativos de menor risco da economia (MARTINS, 2004), pois são 100% garantido pelo Tesouro Nacional (TESOURO DIRETO, 2018). Permite aplicações a partir de R\$ 30,00 (trinta reais), não existe taxa de administração. Entre a data de compra e a de vencimento o preço do título pode variar em função das condições do mercado. Há alternativas de investimentos em títulos públicos indexados ao IPCA (pós-fixado), prefixado ou indexados à taxa Selic. Apresentam boa liquidez, pois o governo federal garante a recompra diária do título pelo preço de mercado. Para investir no tesouro é necessário ter conta corrente em uma

instituição financeira que pode ser um banco ou uma corretora para intermediar as transações com o Tesouro Direto.

2.3.4 Ações

A Brasil, Bolsa, Balcão – B3 (2018), bolsa de valores oficial do Brasil, define ações como valores mobiliários emitidos por sociedade anônima representativos de uma parcela de seu capital social, ou seja, a venda de ações é a abertura do capital da empresa. Trata-se de títulos de renda variável que representa a menor parcela do capital social de uma empresa. As ações fazem parte do mercado financeiro e podem ser de dois tipos, preferencial ou ordinária. Segundo Fortuna (2014), a principal diferença entre as duas é que as ações ordinárias dão direito a voto nas assembleias de acionistas e as preferencias permitem o recebimento de dividendos em valores superiores ao das ações ordinárias, mas não têm direito à voto. As ações apresentam algumas vantagens para os investidores dentre elas o potencial de boa rentabilidade no longo prazo e o recebimento de dividendos periodicamente.

Segundo a B3 (2018), os investimentos em ações envolvem riscos de moderados a alto, pois se a empresa apresentar lucros haverá recebimento de dividendos, entretanto se houver prejuízos, haverá perdas no investimento. Assaf Neto e Lima (2011), apresentam três variáveis de decisão para a aquisição de ações, sendo estes a liquidez, rentabilidade e o risco e destacam que quanto maior o retorno esperado maior o risco. Desta forma é o investidor que deve analisar o risco que está disposto a assumir de acordo com suas preferências. Esse tipo de investimento não conta com a proteção do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. As negociações de compras e vendas de ações são feitas por meio de corretoras na bolsa de valores que podem cobrar taxas pelos serviços. Sobre os rendimentos incidem a cobrança do imposto de renda.

2.3.5 CDB, RDB, LCI e LCA, Títulos Privados

De acordo com o BACEN (2018), o Certificados de Depósito Bancário - CDB e Recibo de Depósito Bancário - RDB são títulos privados representativo de depósitos a prazo feito por pessoas físicas ou jurídicas. Ou seja, são títulos de créditos que geram obrigação ao emissor de pagar a remuneração prevista no final do prazo da aplicação. O prazo é acertado no início da aplicação, já a remuneração pode ser pré-fixada ou pós-fixada. A diferença entre CDB e RDB é que o CDB permite a negociação do título antes do vencimento, mas com perda de remuneração, enquanto o RDB é inegociável e intransferível. Podem emitir CDB e RDB os bancos comerciais, múltiplos, de investimento, de desenvolvimento e a Caixa Econômica Federal (BACEN, 2018). Os investimentos em CDB e RDB são considerados de baixo risco e contam com a proteção do Fundo Garantidor de Crédito que corresponde a até R\$ 250 mil reais por pessoa e por instituição financeira (BACEN, 2018). A remuneração está sujeita ao pagamento de Imposto de Renda.

As Letras de Crédito Imobiliário – LCI é um tipo de investimento em título de crédito imobiliário de renda fixa, com remuneração maior que a poupança e isento de imposto de renda. Segundo Carrete e Tavares (2015), o prazo varia de 2 a 25 meses, sem possibilidade de saque antecipado. Já as Letra de Crédito Agronegócio – LCA, segundo B3 (2017), é um título de investimento realizado entre produtores rurais, cooperativas e terceiros referentes a empréstimos destinados para a produção até finalização dos produtos agropecuários. Assim, quem adquire uma LCA fornece recursos ao emitente e passa a ser credor dele pelo valor de face do título e remuneração acertada. Esses títulos também contam com a proteção do Fundo Garantidor de Crédito. A remuneração também é isenta de imposto de renda. Percebe-se que as características das aplicações são semelhantes e esses títulos de crédito possuem natureza econômica de financiamento, a diferença é que a LCI é destinada ao mercado imobiliário e a LCA ao agronegócio.

Outra opção de investimento disponível são os Títulos Privados de Renda Fixa que segundo o Banco do Brasil (2018), são os ativos emitidos por instituições privadas, como bancos, financeiras ou companhia, por meio de oferta pública para que possam reforçar seus negócios com o capital captado. Ou seja, são títulos emitidos por empresas privadas com a finalidade de captação de recursos em forma de debêntures. Destaca-se que as debêntures não contam com proteção do Fundo Garantidor de Crédito e estão sujeitas a tributação do Imposto de Renda.

3 Metodologia

Corresponde ao estudo dos métodos, identificando o mais adequado a ser aplicado no processo de pesquisa científica. De acordo com Gil (2002), a pesquisa pode ser definida como um procedimento intencional e sistemático que objetiva disponibilizar respostas aos problemas propostos. Para isso, requer procedimentos, abordagens, métodos, processos de pesquisa que visam alcançar objetivos de um trabalho de natureza científica.

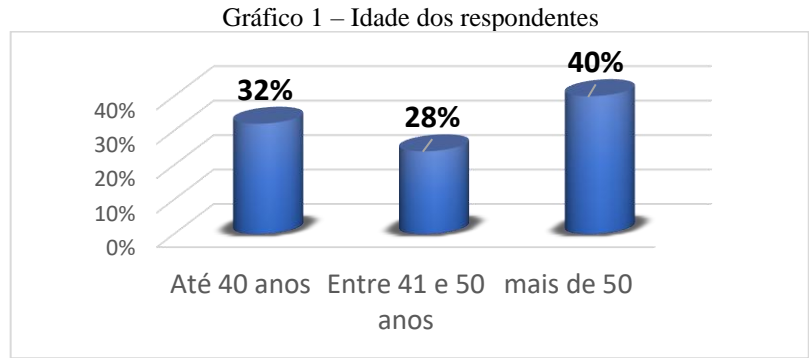
Conforme os procedimentos e objeto, a pesquisa apresenta característica de pesquisa de campo, pois houve aplicação de questionário destinado a coleta de dados diretamente na população do estudo a fim de obter respostas para as indagações formuladas. A pesquisa tem como objetivo identificar as decisões financeiras em relação ao futuro previdenciário tomadas pelos empregados dos Correios de João Pessoa após os anúncios dos prejuízos no fundo de pensão.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois este estudo descreve as decisões de investimentos dos pesquisados. Segundo Martins Junior (2013, p. 84), “uma pesquisa descritiva visa descobrir e observar fenômenos existentes, situações presentes e eventos, procurando descrevê-los, classificá-los, interpretá-los, com objetivo de aclarar situações para idealizar futuros planos e decisões”.

Quanto a delimitação da pesquisa e definição da amostra, sabe-se que população é o universo constituído da totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características, especificadas para um determinado estudo e, a amostra é uma parte deste universo, ou seja, é a parcela da população selecionada para responder a pesquisa. Os dados dessa pesquisa foram coletados por meio de um questionário estruturado com 14 (catorze) questões fechadas, envolvendo desde o perfil dos respondentes (gênero, idade, tempo de empresa, renda bruta recebida e participação no fundo de pensão), bem como seus investimentos realizados com o propósito de complementar a aposentadoria, assim como suas percepções sobre risco desses investimentos e segurança para gerenciar seu próprio dinheiro. O questionário foi aplicado presencialmente em uma amostra de 50 colaboradores que equivale a aproximadamente 10% dos empregados dos Correios de João Pessoa que tem em seu quadro o efetivo de 507 colaboradores ativos nessa cidade. Os dados obtidos serviram de fundamentos para elaboração do diagnóstico referente às decisões de investimento e planejamento financeiro para aposentadoria dos pesquisados.

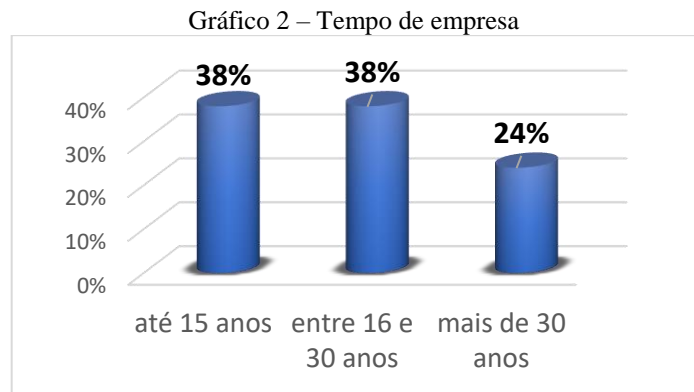
4 Análise e interpretação dos resultados

Com a finalidade de realizar uma análise mais precisa dos respondentes foi necessário conhecer melhor o perfil dos respondentes. Para isso foram elencadas questões em relação ao gênero, faixa etária, tempo de empresa e remuneração bruta. Foi identificado que dos 50 respondentes, 74% são do gênero masculino, 40% têm mais de 50 anos de idade, 38% tem até 15 anos de empresa e 48% recebem entre R\$ 3.500,01 e 5.500,00.



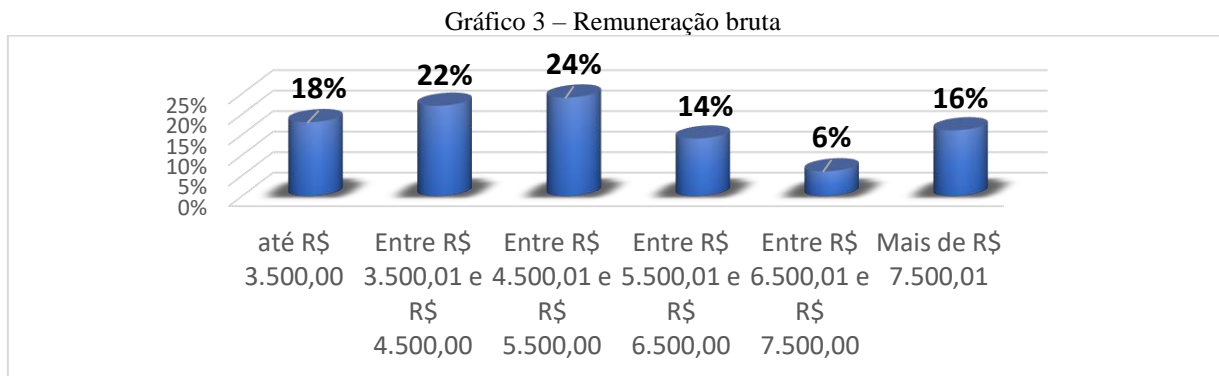
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Verificou-se que, dos 50 respondentes, 32% têm até 40 anos de idade e 28% tem entre 41 e 50 anos (Gráfico 1). Observa-se uma maior frequência de pessoas com mais de 50 anos de idade. Em relação ao tempo de empresa, conforme Gráfico 2, foi identificado que 38% dos entrevistados têm até 15 anos. Destaca-se que esse grupo não pode ter o Plano de Benefício Definido – BD devido ao fechamento em 2005. 38% dos pesquisados tem entre 16 e 30 anos de empresa e 24% tem mais de 30 anos. Portanto, 38% dos respondentes, ou seja, aqueles com até 15 anos de empresa, não pode ter o plano de Benefício Definido (BD) devido ao fechamento em 2005. Consequentemente 62% podem ter tanto o BD quanto o PostalPrev.



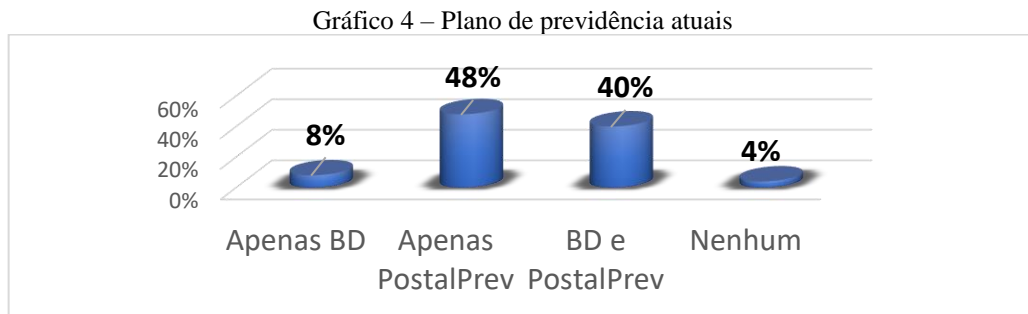
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quanto à remuneração bruta (Gráfico 3), foi identificado que dos 50 pesquisados, 18% ganham até R\$ 3.500,00, 22% recebem entre R\$ 3.500,01 e R\$ 4.500,00, 24% recebem entre R\$ 4.500,01 e R\$ 5.500,00, 14% recebem entre R\$ 5.500,01 e R\$ 6.500,00 e 6% recebem entre R\$ 6.500,01 e R\$ 7.500,00 e 16% recebem mais de R\$ 7.500,01.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Buscou-se verificar se os pesquisados são atualmente participantes dos planos de aposentadoria complementar do Postalis. Na ocasião, foi identificado que 8% têm apenas o Plano de Benefício Definido – BD, 48% têm apenas o PostalPrev, 40% tem os dois planos e 4% não possuem nenhum dos planos (Gráfico – 4). Percebe-se também, pelo Gráfico 4, que 24 respondentes (48%) tem o BD e 44 respondentes (88%) tem o PostalPrev. É importante ressaltar que dos 50 pesquisados, 19 não poderia ter o BD porque tem até 15 anos de empresa. Excluindo esses 19 colaboradores e considerando amostra, apenas os 31 respondentes que poderiam ter tanto o BD quanto o PostalPrev, o percentual de quem tem o BD sobe de 48% para 77,4%.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Outra questão importante para o alcance dos objetivos da pesquisa foi identificar a porcentagem dos participantes que decidiram sair dos planos após o anúncio dos prejuízos no Postalis em 2013. Conforme Tabela 1, foi identificado que 6 colaboradores saíram do BD e apenas 1 saiu do PostalPrev.

Sabe-se que apenas 31 (trinta e um) respondentes tem o perfil para ter o BD, conforme apresentado nas considerações do Gráfico 2. Destes 31 respondentes 1 nunca teve o BD, então dos 30 restantes, 6 saíram do Plano após 2013, ou seja, 20% dos empregados decidiram sair do BD após os prejuízos. Fica evidente que os prejuízos influenciaram a decisão de saída do plano.

Tabela 1 – Saída do Postalis

Painel A: Saída do BD					
Total pesquisados	Perfil para BD	Nunca teve BD	Participantes possíveis	Saíram do BD	Porcentagem de saída
50	31	1	30	6	20%
Painel B: Saída do PostalPrev					
Total pesquisados	Perfil p PostalPrev	Nunca tiveram PostalPrev	Participantes possíveis	Saíram do PostalPrev	Porcentagem que já saiu
50	50	5	45	1	2,2%

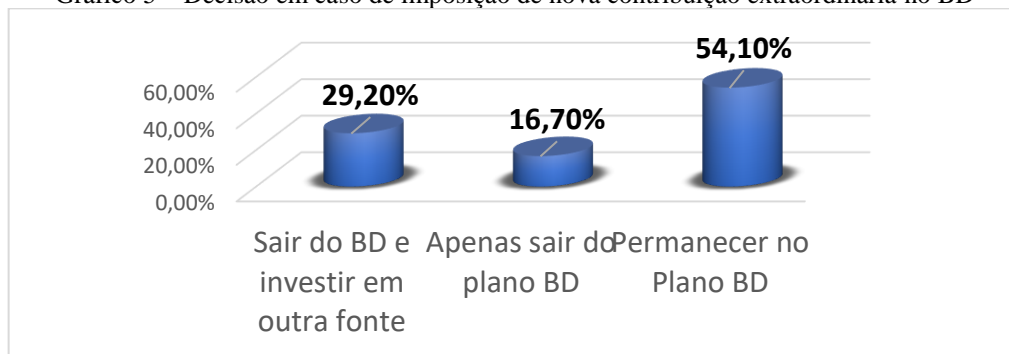
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quanto ao plano PostalPrev, dos 50 respondentes, 5 nunca foram participantes do plano, dos 45 restantes, apenas 1 (2,2%) resolveu sair (Tabela 1), então os prejuízos não influenciaram a decisão com relação a saída desse plano.

Com a finalidade de complementar as informações para atingir o objetivo do estudo, foi necessário identificar qual seria a decisão dos participantes do BD em caso de imposição de nova taxa de contribuição extraordinária para equilibrar o plano. Na ocasião foi identificado que dos 24 pesquisados que ainda tem o BD, 29% pretendem sair do plano e procurar

alternativas de investimento, 17% pretendem apenas sair do BD e não investir com essa finalidade. De acordo com o Gráfico 5, destaca-se que em caso de imposição de nova contribuição, existem 11 participantes (45,8% dos pesquisados) do BD com intenção de sair. Ressalta-se que dos 13 participantes que pretendem ficar, 84,6% estão na faixa etária acima de 50 anos de idade. A decisão dessa classe em permanecer no BD parece ser mais acertada porque sua saída com mais de 50 anos de idade, conforme destaca Luquet (2001), iria exigir um maior esforço para acumular patrimônio para complementar a aposentadoria. O autor destaca que quanto mais tarde se começa a planejar a aposentadoria, maior será o esforço para acumular patrimônio.

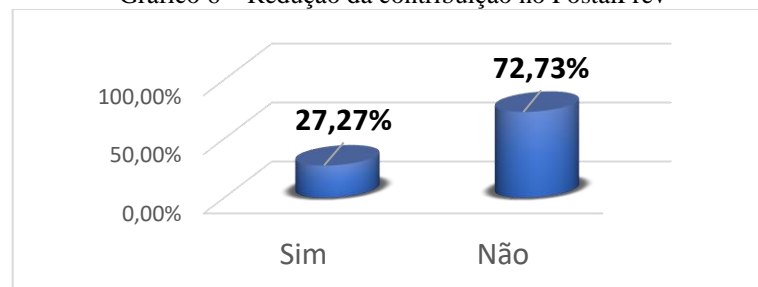
Gráfico 5 – Decisão em caso de imposição de nova contribuição extraordinária no BD



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Outro dado essencial para contribuir com a finalidade da pesquisa foi identificar se o participante do PostalPrev decidiu diminuir o percentual de investimento no plano após o anúncio dos prejuízos. Percebeu-se que dos 44 pesquisados que tem o PostalPrev, 27% resolveram reduzir seu investimento no plano (Gráfico 6). Nota-se que embora tendo a contrapartida de R\$ 1,00 (um Real) da empresa para cada um R\$ 1,00 (um Real) investido pelo participante, ou seja, 100% de contrapartida da empresa para compor sua reserva de poupança, mais de ¼ dos participantes resolveram diminuir a contribuição. Isso deixa evidente o quanto os participantes estão inseguros com o futuro do plano após os prejuízos.

Gráfico 6 – Redução da contribuição no PostalPrev



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Buscou-se ainda, descobrir a percepção de risco dos pesquisados sobre as alternativas de investimento em Poupança, CDB e RDB, PGBL e VGBL, Tesouro Direto e Ações. A Tabela 2 apresenta os resultados.

Tabela 2 - Percepção sobre risco de investimento

	Baixo	Médio	Alto	Não sei	Total
Poupança	45 (90%)	2 (4%)	0	3 (6%)	50
CDB e RDB	13 (26%)	21 (42%)	4 (8%)	12 (24%)	50
PGBL e VGBL	4 (8%)	24 (48%)	8 (16%)	14 (28%)	50
Tesouro Direto	25 (50%)	13 (26%)	3 (6%)	9 (18%)	50
Ações em geral	0	13 (26%)	29 (58%)	8 (16%)	50
Fundo de pensão	3 (6%)	21 (42%)	20 (40%)	6 (12%)	50

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Dos 50 pesquisados, 90% considera o investimento em poupança de baixo risco e nenhum colaborador considera a poupança de alto risco. Isso mostra que em relação a poupança as opiniões dos participantes vão ao encontro da literatura, conforme aponta Carrete e Tavares (2015) que consideram a poupança como um investimento conservador.

Já em relação ao investimento em CDB e RDB dos 50 pesquisados, 26% classificaram corretamente como baixo risco, entretanto 42% considera de risco médio, 8% considera de alto risco e 24% não souberam opinar. Fica evidente que 74% dos entrevistados não conhecem as características em relação ao risco dessa modalidade de investimento.

Sobre o investimento em PGBL e VGBL, conforme dados da Tabela 3, dos 50 pesquisados, 8% consideram de baixo risco, 48% de risco médio, 16% de alto risco e 28% não souberam opinar. Com relação a este investimento, o risco vai depender do tipo do tipo do PGBL, pois segundo Luquet (2001), é possível escolher entre um PGBL mais tradicional, que tem os recursos aplicados em títulos de renda fixa, o que faz diminuir o risco, ou então, um PGBL mais ousado, que investe em ações, tornando o risco maior.

Em relação ao Tesouro Direto, 50% dos respondentes avaliam como Martins (2004). O autor afirma que os títulos públicos do governo brasileiro representam um investimento de baixo risco. Já para 26% dos pesquisados o investimento é de risco médio, 6% acham de risco alto e 18% não souberam opinar. Percebe-se 50% dos pesquisados precisam melhorar seus conhecimentos sobre essa modalidade de investimento.

Com relação ao investimento em Ações, conforme dados da Tabela 2, dos 50 pesquisados, nenhum avaliou como investimento de baixo risco. Para 26% o risco é médio, 58% avaliou como investimento de risco alto e 16% não souberam opinar. Percebe-se que 58% avaliou corretamente o risco do investimento como alto, conforme a BM&F Bovespa (2018) alerta que investir em ações tem um risco alto.

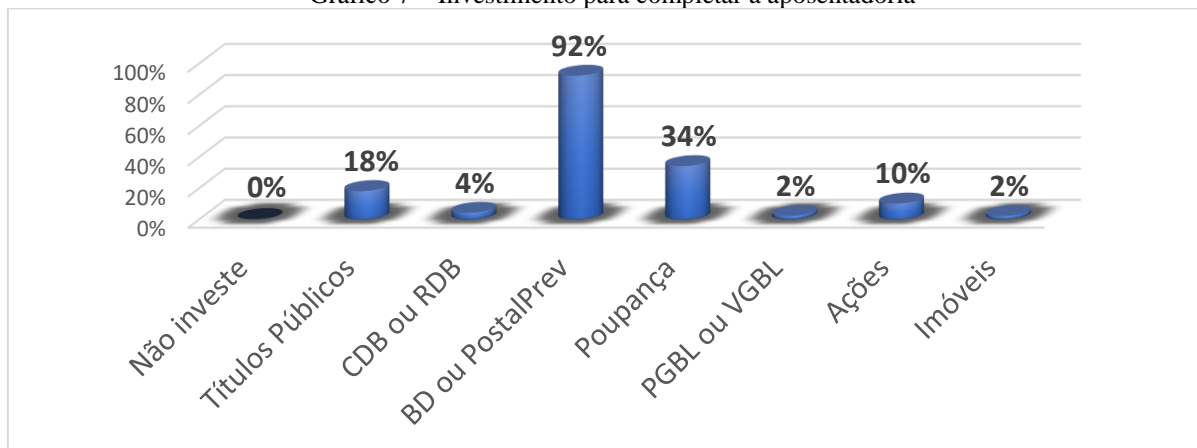
Com o objetivo de complementar a percepção sobre o risco, foi perguntado sobre o investimento que possui maior risco entre Renda Fixa e Renda Variável, e identificou-se que dos 50 pesquisados, apenas 2% acham que é renda fixa, 56% acham que é renda variável, entretanto, 42% não souberam ou preferiram não opinar. Ficou evidente que 42% não conhecem sobre as modalidades de investimento em renda fixa e variável. Pois segundo a BM&F Bovespa (2018) em sua seção de produtos e serviços, destaca que os riscos de investimento são menores em renda fixa em relação a renda variável, no entanto, há uma expectativa de menor retorno.

Já em relação aos Fundos de Pensão apenas 6% atribuíram como baixo risco, 42% como de risco médio, 40% de risco alto e 12% não soube opinar. Merece destaque que 82% julga o investimento em fundo de pensão como médio ou alto, talvez influenciados pelas notícias dos prejuízos. Não é possível classificar o risco do fundo de pensão pois é necessário conhecer a carteira de investimento do fundo, de acordo com Rieche (2005), os riscos em fundo de pensão

dependem de onde os recursos estão investidos, se os ativos estão concentrados em renda fixa o risco é baixo, entretanto, se os investimentos do fundo estão concentrados em renda variável o risco é alto.

Procurou-se identificar os tipos de investimentos feitos pelos pesquisados com a finalidade de complementar a aposentadoria do INSS. Foi constatado que todos possuem algum tipo de investimento com esse propósito (Gráfico 7). Destaca-se os 92% que investem nos fundos de pensão do Postalís, 18% também investem em Títulos Públicos, uma pequena parcela de 4% investe CDB ou RDB e 2% em PGBL e VGBL, 10% tem investimentos em ações e em relação a poupança, 32% declararam ter esse investimento.

Gráfico 7 – Investimento para completar a aposentadoria



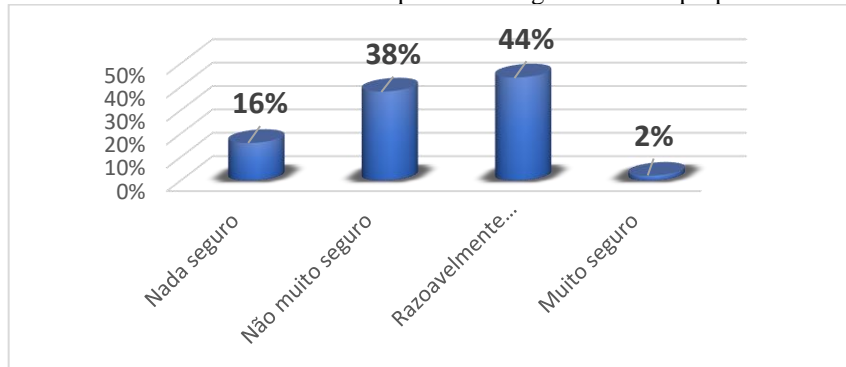
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com a finalidade de conhecer o sentimento dos pesquisados em relação a gestão do seu dinheiro, foi perguntado como o participante se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerir o seu próprio dinheiro. Foi identificado conforme o Gráfico 8 que, dos 50 pesquisados, 16% se sente “Nada Seguro” e gostaria de possuir um nível melhor de educação financeira, 38% se sente “Não muito Seguro” e gostaria de saber um pouco mais sobre finanças, 44% se sente “razoavelmente seguro” e conhece a maioria das coisas que precisa saber sobre o assunto, mas apenas 2% se sente “muito seguro” e possui conhecimentos bastante amplos sobre finanças.

De acordo com os dados obtidos, 54% dos pesquisados não se sente seguro para gerir o seu próprio dinheiro, fica evidente a necessidade de mais conhecimentos em finanças para os participantes gerenciarem melhor suas finanças. Segundo OECD (2013), os indivíduos educados financeiramente melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos e, com informação e recomendações claras, possam desenvolver as habilidades para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro.

Podemos inferir a partir desta cobertura que por não se sentirem seguros, os investimentos para complementar a aposentadoria se concentram no Postalís e em seguida na poupança, sendo que Títulos Públicos e CDB/RDB são opções seguras e mais rentáveis que a poupança.

Gráfico 8 – Sentimento sobre sua capacidade de gerenciar seu próprio dinheiro

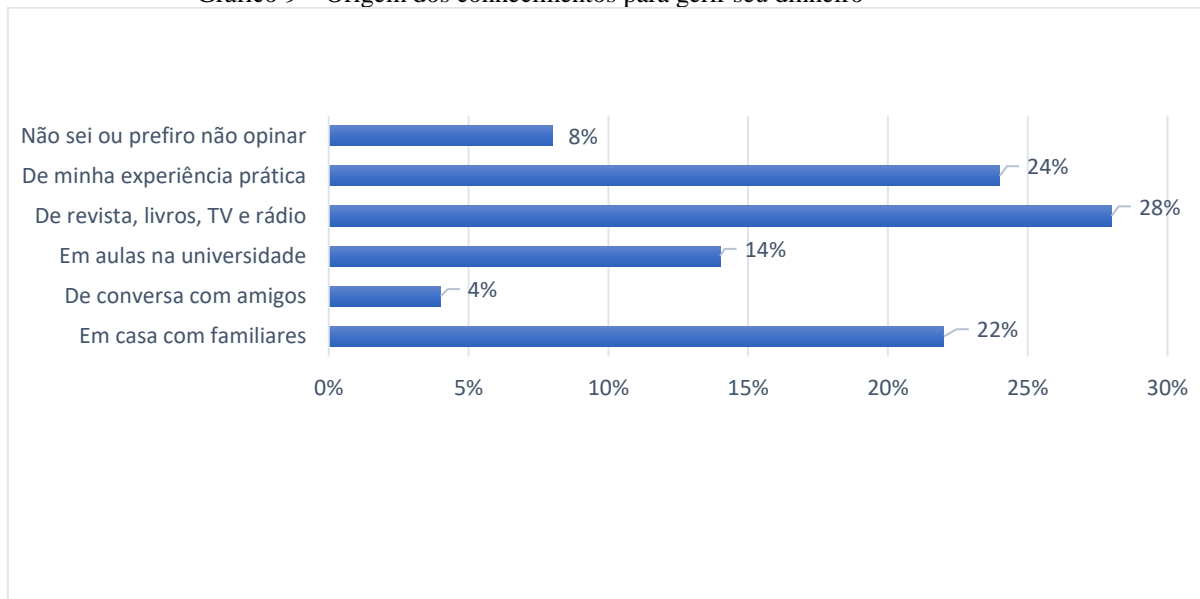


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para complementar os dados em relação aos conhecimentos financeiros, procurou-se identificar onde os participantes adquiriram a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro. Conforme informações do Gráfico 9, foi identificado que dos 50 pesquisados, 22% tiveram os conhecimentos aprendidos em casa com familiares, apenas 4% aprenderam em conversa com amigos, 14% em aulas na universidade, 28% aprenderam em revistas, livros, TV e rádio e 24% aprenderam com a própria experiência prática, já 8% não souberam ou não quiseram opinar.

Em virtude dos dados apresentados podemos concluir que a insegurança em administrar seu próprio dinheiro se dá pela falta de conhecimento estruturado, ressalta-se que apenas 14% adquiriu os conhecimentos em universidade.

Gráfico 9 – Origem dos conhecimentos para gerir seu dinheiro

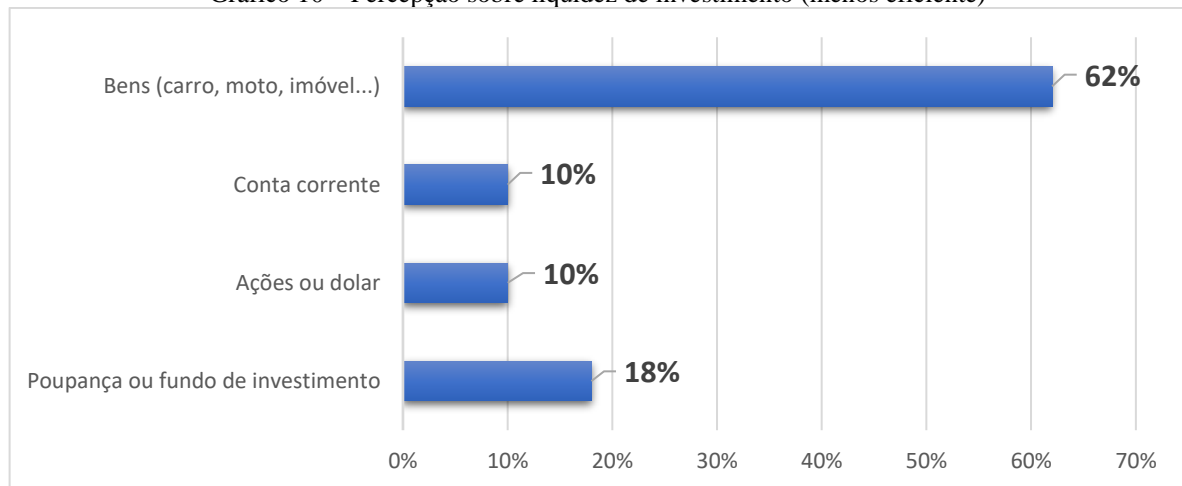


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com a finalidade de identificar os conhecimentos em relação a liquidez de investimento os participantes foram perguntados sobre qual das alternativas entre poupança ou fundos de investimentos, ações ou dólar, conta corrente e bens (carro, moto, imóveis...) seria a menos eficiente para o caso de se precisar resgatar o recurso com urgência. Identificou-se que dos 50 pesquisados (Gráfico 10), 18% avaliaram que seria poupança ou fundo de investimento; 10% sinalizaram que seria ações ou dólar; 10% conta corrente, mas 62% avaliaram corretamente que seria Bens como carro, moto, imóvel e etc.

Em vista dos dados obtidos concluímos que embora a maioria dos pesquisados tenha adquirido o conhecimento em finanças de modo informal, quanto a liquidez, a maioria avaliou corretamente a alternativa correta, pois a menor liquidez dentre as alternativas propostas é o investimento em bens móveis e imóveis, entretanto, uma boa quantidade (38%) avaliou de modo incorreto, ratificando a necessidade de uma melhor educação financeira para os respondentes.

Gráfico 10 – Percepção sobre liquidez de investimento (menos eficiente)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

4 Considerações finais

Esta pesquisa teve como finalidade identificar como os funcionários dos Correios de João Pessoa têm se planejado financeiramente para a aposentadoria depois dos prejuízos anunciados em 2013 no fundo de pensão administrado pelo Postalís. Na ocasião foram pesquisados 50 empregados que responderam questões relativas a participação nos planos de Previdência Complementar do Postalís (Benefício Definido - BD e de Contribuição Variável – PostalPrev). Também procurou-se identificar as decisões a serem tomadas em caso de imposição de nova taxa de contribuição para equilibrar os planos, bem como buscou-se conhecer as decisões de investimentos com o objetivo de complementar a aposentadoria, bem como as percepções dos respondentes sobre os riscos desses investimentos e por fim procurou-se verificar os conhecimentos dos respondentes sobre a capacidade para gerenciar o seu próprio dinheiro e onde esses conhecimentos foram adquiridos.

Dentre os resultados relevantes merecem destaque o fato de que, dos 30 empregados com perfil para estarem no Plano de Benefício Definido - BD, 20% resolveram sair do plano após o anúncio dos prejuízos. Ressalta-se que no caso de imposição de nova taxa de contribuição extraordinária, dos 24 pesquisados que tem o BD, 45,8% pretendem sair do plano.

Considerando que quase a metade dos participantes pretendem sair do plano BD é importante que a empresa estruture uma campanha para esclarecimentos sobre os riscos de sair do plano, destacando os prejuízos que os participantes terão, como não ter direito ao valor que a empresa investiu. Destacar também os benefícios que terão em caso de permanência. Deste modo, os participantes bem informados poderão tomar as decisões de forma mais consciente e por consequência mais acertada.

Com relação ao PostalPrev, apenas 2,2% saíram do PostalPrev. Isso mostra que os prejuízos não tiveram influência sobre os respondentes na decisão de saída do PostalPrev. Por outro lado, 27% dos 44 participantes do PostalPrev resolveram diminuir o percentual de investimento, mesmo com a patrocinadora investindo o mesmo valor para formar a reserva de

poupança do participante. Aqui também é importante a realização de uma campanha publicitária esclarecendo que, ao reduzir o percentual de contribuição, o participante está perdendo contrapartida da empresa em 100% do valor da redução. Percebe-se que baixar o percentual não é uma boa alternativa considerando o planejamento para aposentadoria.

Sobre a percepção de risco foi identificado que 90% avalia adequadamente a poupança como baixo risco. Sobre o risco em ações, 58% identifica corretamente como alto. Em relação ao Tesouro Direto, 50% avalia o risco corretamente como Baixo. Chama-se a atenção a percepção sobre o risco no fundo de pensão onde foi identificado que 82% avalia como de risco médio ou alto, ou seja, estão julgando de forma equivocada, pois conforme o Anexo I os investimentos dos fundos estão concentrados em fundo de renda fixa que é considerado de baixo risco.

Também merece destaque o fato de que todos os respondentes possuem pelo menos um tipo de investimento objetivando complementar a aposentadoria. Destaca-se o investimento no fundo de pensão, pois dos 50 pesquisados, 92% possuem este investimento. Em seguida vem os investimentos na poupança com 34% dos pesquisados, embora existam investimentos mais rentáveis no mercado e com risco semelhante ao da poupança.

Verificou-se em relação a origem dos conhecimentos dos pesquisados sobre finanças que a família, a experiência prática e os livros/TV/revistas foram os que mais contribuíram para o conhecimento dos participantes. Percebe-se que esses conhecimentos são insuficientes pois, 57% dos respondentes não se sentem seguros para gerir seu dinheiro e apenas 2% possuem conhecimento e se sente bastante seguro para gerenciar o seu próprio dinheiro.

A título de implicações da presente pesquisa, entende-se que os resultados obtidos fornecem subsídios importantes sobre a deficiência de conhecimentos dos pesquisados em relação a Educação Financeira. Ressalta-se que para alcançar uma aposentadoria tranquila é necessário um nível de conhecimento que permita tomar decisões e atitudes acertadamente.

Recomenda-se que a empresa adote uma prática estruturada como palestras ou treinamento abordando os conhecimentos de administração financeira com objetivo de melhorar os conhecimentos e a conscientização dos seus empregados em relação à importância de uma gestão eficiente de seus recursos financeiros para uma aposentadoria tranquila de seus empregados.

Os resultados apresentados na pesquisa são iniciais e poderão servir de fundamentos para análises futuras com objetivo principal de buscar elementos referentes a outros fatores que influenciam as decisões financeiras para aposentadoria.

Referências

ALVES, Márcio Oliveira. **Análise preliminar da previdência privada complementar**, Revista Gestão em Foco - Edição nº 10, p. 64-87 – Ano: 2018.

ALVES, Murilo Rodrigues, Site Estadão Economia & Negócios, 2017. **Fundos de Pensão têm rombo de R\$ 70,6 bilhões**. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fundos-de-pensao-tem-rombo-de-r-70-6-bilhoes,70001749255>>. Acesso em: 22/10/2018.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano G. **Investimentos em Ações**: guia teórico e prático para investidores. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL, **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO n° 2/2018**. Projeto de Lei Orçamentárias para 2019. Brasília, DF, abril 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2172084>>. Acesso em: 20/10/2018.

Banco do Brasil, **Títulos Privados de Renda Fixa**, 2018. Disponível em: <[https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/renda-fixa-titulos-privados#/>. Acesso em 19/10/2018.](https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/renda-fixa-titulos-privados#/)

Banco Central do Brasil, **Fundo Garantidor de Crédito (FGC)**, 2018. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/fgc.asp?idpai=portalbcb>. Acesso em: 18/10/2018.

BM&F Bovespa, **Produtos e Serviços – Negociação**. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/>. Acesso em: 19/10/2018.](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/)

CARRETE, Liliam Sanchez, TAVARES, Rosana. **Cálculo no mercado financeiro: conceitos, ferramentas e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2015.

CERBASI, Gustavo. **Cartas a um jovem investidor: enriquecer é uma questão de escolha**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira: Inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI. **Relatório Final da CPI Fundo de Pensão**, 2016. Disponível em: <www2.camara.leg.br/.../cpi-fundos-de-pensao/.../relatorio-final-apresentado-em-12-04-16>. Acesso em: 19/10/2018.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. S. B. **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CRIDDLE E. Financial literacy: Goals and values, not just numbers_ **In Alliance**, v. 34, p. 4, 2006. Disponível em: <https://www.agsa.org.au/wp-content/uploads/2016/01/99329_Volume_34_-_May_2006.pdf>. Acesso em 27/04/2019.

FARGETTI, João Roberto; GOUVEIA, Carlos Alberto Vieira de. **Aspectos da previdência social e do instituto de desaposentação**. n. 152, set. 2016. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17906&revista_caderno=20>. Acesso em: 12 out 2018.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Huston, Sandra J. Measuring Financial Literacy The Journal of Consumer Affairs, Vol. 44, No. 2, 2010. Disponível em < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>>. Acesso em 27/04/2019.

Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, 2018. **Reforma da Previdência**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/reforma/>>. Acesso em: 12/10/2018.

Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, 2018. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/regime-geral-rgps/> >. Acesso em: 12/10/2018.

LÓPEZ, Miguel David Rojas; FERNANDEZ, Lina Marcela Maya; VALENCIA, Maria Elena. *Definición de um modelo para la planeación financeira personal aplicado al caso colombiano*. Revista Ingenierías Universidad de Medellín, vol. 16, No. 31 pp. 155-171 ISSN 1692 - 3324 julio-diciembre de 2017/272 p.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de planejamento da aposentadoria**. São Paulo: Globo, 2001

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do Dinheiro: Guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MARTINS, José Pio. **Educação Financeira ao Alcance de Todos**. São Paulo: Fundamento, 2004.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalho de conclusão de curso**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Otávio do Amaral Gurgel Carneiro de; DOS SANTOS FELIPE, Israel José; MENDES DA SILVA, Wesley. **Impacto de Crise sobre o Comportamento de Poupança de Famílias Americanas**. *Innovar* [online]. 2017, vol.27, n.66, pp.137-151. ISSN 0121-5051.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH,Guilherme. **Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas** – USP, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 362-377, set./out./nov./dez. 2015.

PÓVOAS, Manuel Sebastião Soares. **Previdência Privada. Filosofia, Fundamentos Técnicos, Conceituação Jurídica**. São Paulo: Quartier Latin, 2007

Previdência Oficial, **Cartilha da Reforma da Previdência**, 2018. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/12/Cartilha-Reforma-da-Previd%C3%Aancia-vf.pdf>>. Acesso em: 20/10/2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIECHE, Fernando Ceschin, **Gestão de Riscos em Fundos de Pensão no Brasil: Situação Atual da Legislação e Perspectivas**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 12, N. 23, P. 219-242, JUN. 2005.

SANTOS, José O. dos. **Finanças pessoais para todas as idades**: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014.

SCHUCHARDT, Jane; BAGWELL, C. Dorothy. *at al* (2017), *Personal Finance: An Interdisciplinary Profession. Financial Counseling*. Disponível em: <https://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&https_redir=1&article=1008&context=hdf_facpubs>. Acesso em: 24/10/2018.

The Organisation for Economic Cooperation and Development – OECD, 2013. *Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender*. OECD Centre, Paris, France. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf>. Acesso em: 22/10/2018.

Anexo 1 – Composição da carteira de investimento do Postalís.


POSTALIS em números

Este informativo apresenta dados relevantes da gestão, tais como: alocação da carteira de investimentos, volume de arrecadação, pagamento de benefícios, evolução do patrimônio, reservas matemáticas, rentabilidade e perfil cadastral dos planos de benefícios BD e POSTALPREV.

BOLETIM DEZEMBRO DE 2018



Ativos de Investimentos

	PLANO BD	POSTALPREV
Renda Fixa		
Total Investido (R\$)	1.915.564.460,76	3.625.534.452,07
% em relação à carteira	66,92%	77,77%
Rentabilidade - no mês	1,75%	0,63%
Rentabilidade - no ano	13,14%	11,21%



Renda Variável

	PLANO BD	POSTALPREV
Total Investido (R\$)	36.713.587,80	514.865.338,75
% em relação à carteira	1,28%	11,04%
Rentabilidade - no mês	-0,26%	1,48%
Rentabilidade - no ano	-11,73%	10,89%



Investimentos Estruturados

	PLANO BD	POSTALPREV
Total Investido (R\$)	263.748.263,48	41.064.469,41
% em relação à carteira	9,21%	0,88%
Rentabilidade - no mês	1,86%	0,51%
Rentabilidade - no ano	10,68%	7,80%



Investimento no Exterior

	PLANO BD	POSTALPREV
Total Investido (R\$)	97.382.114,20	0,00
% em relação à carteira	3,40%	0,00%
Rentabilidade - no mês	1,84%	0,00%
Rentabilidade - no ano	15,27%	0,00%



Segmento de Imóveis

	PLANO BD	POSTALPREV
Total Investido (R\$)	285.303.925,68	0,00
% em relação à carteira	9,97%	0,00%
Rentabilidade - no mês	33,57%	0,00%
Rentabilidade - no ano	39,82%	0,00%



Operações com Participantes

	PLANO BD	POSTALPREV
Total Investido (R\$)	246.063.376,87	480.104.881,74
% em relação à carteira	8,60%	10,30%
Rentabilidade - no mês	0,60%	0,66%
Rentabilidade - no ano	13,76%	8,86%

OBSERVAÇÕES

A alocação dos ativos nos segmentos não contempla a abertura das carteiras de fundo de investimentos.
A sequência das publicações do boletim Postalís em Números poderá ser acessada em www.postalis.org.br/investimentos/postalis-em-numeros.



Composição da Carteira

(R\$)	PLANO BD	POSTALPREV
Títulos Públicos	1.484.281.736,08	3.342.378.256,37
Títulos Privados	43.779.197,32	66.462.534,89
Ações	49.750.703,77	29.979.534,33
Fundos de Investimentos	735.599.204,78	743.654.661,84
Imóveis	285.303.925,68	-
Operações com Participantes	246.063.376,87	480.104.881,74
Depósito Judicial	17.762.307,89	2.062,79
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2.862.540.452,39	4.661.571.931,96

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Plano BD – Benefício Definido

	Receita Previdencial	Despesa Previdencial
Jan-18	40.099.150,85	57.174.925,93
Fev-18	42.412.487,27	62.743.484,36
Mar-18	41.994.047,94	60.321.069,32
Abr-18	41.889.120,27	58.674.963,93
Mai-18	41.748.087,43	58.617.697,30
Jun-18	41.537.055,83	57.015.163,85
Jul-18	41.771.556,50	57.706.442,35
Ago-18	42.716.268,13	59.630.300,79
Sep-18	43.012.634,63	59.816.390,22
Out-18	42.402.240,88	59.557.734,60
Nov-18	41.883.470,48	59.642.269,62
Dez-18	75.383.902,01	59.903.625,10
Abono	12.526.479,81	58.570.894,62

Plano Postal Prev

	Receita Previdencial	Despesa Previdencial
Jan-18	43.561.677,98	19.358.108,48
Fev-18	42.618.785,92	65.584.984,74
Mar-18	41.514.765,92	32.674.670,10
Abr-18	41.512.913,77	19.685.877,00
Mai-18	40.819.713,22	10.992.539,78
Jun-18	40.344.797,28	9.912.855,64
Jul-18	40.707.264,48	8.519.415,70
Ago-18	39.192.688,21	8.777.275,71
Sep-18	41.342.317,40	8.258.152,40
Out-18	39.782.121,26	8.109.348,27
Nov-18	39.460.303,51	7.744.501,38
Dez-18	42.291.700,92	9.835.191,93
Abono	37.002.274,41	6.898.022,99

Apêndice I – Questionário aplicado para pesquisa

UFPB - Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA - Administração

Professor Orientador TCC II: Suelle Cariele Souza e Silva; Discente: Fernando Gomes Oliveira

1 – Idade? _____

2 – Ano de admissão nos Correios? _____

3- Gênero: () Masculino () Feminino () Não quero especificar

4 – Em relação a sua remuneração bruta (somando todas as gratificações, sem considerar os descontos) e somando o vale alimentação (R\$ 1.227,00), quanto você recebe?

- () Até R\$ 3.500,00
- () Entre R\$ 3.500,01 e R\$ 4.500,00
- () Entre R\$ 4.500,01 e R\$ 5.500,00
- () Entre R\$ 5.500,01 e R\$ 6.500,00
- () Entre R\$ 6.500,01 e R\$ 7.500,00
- () Mais de R\$ 7.500,01

5 - Quais planos você tem atualmente? Pode marcar mais de um

- () BD () PostalPrev () Nenhum

6 - Você já teve os seguintes planos? Se sim, informe o ano de saída.

- () BD. Ano de saída _____
- () PostalPrev. Ano de saída _____
- () Nenhum

7 – Para quem ainda tem Plano BD no Postalis (plano anterior). Considerando a imposição de nova contribuição extraordinária, conforme já veiculados em alguns informes, sua decisão será:

- () Sair do plano BD e procurar outra alternativa de investimento
- () Apenas sair do plano BD
- () Permanecer no Plano BD

8 – Para quem tem PostalPrev (plano atual). Você diminuiu o percentual de contribuição no plano depois das notícias dos prejuízos?

- () Sim () Não

9 - Considerando sua percepção sobre risco de investimento, marque uma alternativa para cada item:

- a) Poupança () baixo () moderado () alto () Não sei
- b) CDB e RDB () baixo () moderado () alto () Não sei
- c) PGBL e VGBL () baixo () moderado () alto () Não sei
- d) Tesouro Direto () baixo () moderado () alto () Não sei
- e) Ações em geral () baixo () moderado () alto () Não sei

f) Fundo de pensão () baixo () moderado () alto () Não sei

10 – Quais são seus investimentos com o objetivo de complementar a aposentadoria do INSS, marque as alternativas de acordo com a sua realidade. (Pode marcar mais de um item)

- () Não tenho nenhum investimento () Invisto na poupança
 () Invisto em Títulos Públicos () Invisto em PGBL ou VGBL
 () Invisto em CDB e/ou RDB () Invisto em ações
 () Invisto no Postalís (BD ou PostalPrev)
 () outros (especificar) _____; _____; _____

11 - Para você, qual tipo de investimento possui maior risco?

- () Renda fixa () Renda variável () Não sei () Prefiro não opinar

12 - Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?

- a) Nada seguro – eu gostaria de possuir um nível melhor de educação financeira
 b) Não muito seguro – eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
 c) Razoavelmente seguro – eu conheço a maioria das coisas que eu preciso saber sobre o assunto
 d) Muito seguro – eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças

13 – Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?

- () Em casa com a família
 () De conversas com amigos
 () Em aulas na universidade
 () De internet, revista, livros, TV e rádio
 () De minha experiência prática

14 – Muitas pessoas guardam dinheiro para despesas inesperadas. Qual das seguintes formas seria a menos eficiente para o caso de se precisar resgatar o recurso com urgência?

- a) Poupança ou Fundos de Investimento
 b) Ações ou Dólar
 c) Conta corrente
 d) Bens (carro, moto, imóvel...)